

# Avaliação do Risco da Indústria Bancária (BICRA): Brasil

3 de dezembro de 2024

Este relatório não constitui uma ação de rating.

Grupo da Avaliação do Risco da Indústria Bancária (BICRA)

5

5 Risco econômico

5 Risco da indústria

Resiliência econômica	Risco muito alto
Desequilíbrios econômicos	Risco intermediário
Risco de crédito na economia	Risco alto

Marco institucional	Risco intermediário
Dinâmica competitiva	Risco alto
Funding do sistema	Risco intermediário

Observação: Nossos grupos BICRA são classificados em uma escala de 1 a 10, sendo 1 o risco mais baixo e 10 o risco mais alto.

Suporte do governo:

**Supportive**

(que prevê suporte)

## Principais fatores do BICRA

### Resumen

#### Pontos fortes

Margens de intermediação financeira líquidas (NIMs – *net interest margins*) elevadas, bem acima dos sistemas bancários dos pares.

Regulação bancária sólida com cobertura extensiva e, de um modo geral, alinhada aos padrões internacionais.

Base de depósitos de clientes estável e extensa, e um mercado de capitais moderadamente amplo e profundo.

#### Pontos fracos

PIB per capita e taxa de crescimento inferiores aos de outras grandes economias emergentes.

Cultura de pagamento mais fraca em relação àquelas de economias desenvolvidas.

Elevada participação de mercado de bancos públicos, que causa distorções de mercado.

### Analista principal

**Cynthia Cohen Freue**

Buenos Aires

54 (11) 4891-2161

cynthia.cohenfreue

@spglobal.com

### Contato analítico adicional

**Sergio Garibian**

São Paulo

55 (11) 3039-9749

sergio.garibian

@spglobal.com

**Em nossa opinião, os baixos níveis de renda e a fraca posição fiscal do governo restringem a resiliência econômica do país.** Esperamos que o PIB real cresça para 1,9% em 2025 e 2,1% em 2026. O estímulo fiscal deve manter o consumo das famílias elevado pelo resto de 2024, ainda

impulsionando o crescimento. Isso também contribuiu para aumentar as expectativas de inflação, levando o Banco Central do Brasil (BCB) a reiniciar os aumentos das taxas de juros.

Esperamos que as taxas de juros aumentem no início de 2025, até que as expectativas de inflação comecem a retornar à meta de 3% do BCB.

**Taxas de juros mais altas por mais tempo devem pressionar os tomadores de empréstimos no Brasil, potencialmente enfraquecendo a qualidade dos ativos.** Nossa expectativa é que isso aumente a carga de dívida dos tomadores de empréstimos individuais e comerciais, que terão de lidar com custos de financiamento mais altos por mais tempo. Isso, por sua vez, deve pesar nos volumes de negócios, na qualidade dos ativos e nas condições de financiamento.

Além disso, acreditamos que pequenas e médias empresas (PMEs) devem enfrentar pressão contínua e pedidos de recuperação judicial, que já atingiram níveis recordes em 2024. Vemos isso se estendendo até 2025.

**Embora a rentabilidade do setor bancário tenha permanecido mais forte do que a de seus pares internacionais, graças à elevada cobertura de provisionamento e ao mix diversificado de receitas, ela deve diminuir à medida que as necessidades de provisionamento aumentam.**

Nossa avaliação de risco setorial para o Brasil também considera sua regulação bancária bem-desenvolvida, que está amplamente alinhada aos padrões internacionais, e o bom histórico do regulador, que ajudou o sistema financeiro a resistir à última crise econômica. O sistema bancário brasileiro tem um mix de financiamento adequado com uma base de depósitos de clientes ampla e estável.

## Tendências do risco econômico e do setor

Avaliamos a tendência de risco econômico como estável, uma vez que ela incorpora nossas expectativas de crescimento econômico modesto de cerca de 2% nos próximos três anos. Esperamos que o setor bancário continue apresentando desempenho resiliente graças à ampla cobertura de provisão, embora as perdas de crédito provavelmente permaneçam altas.

Sustentando nossa tendência de risco estável no setor estão uma regulação eficiente e conservadora – bem alinhada aos padrões internacionais –, uma supervisão proativa e um setor bancário bem capitalizado e lucrativo.

5

## Risco Econômico

### Resiliência econômica: Níveis baixos de renda ressaltam riscos econômicos para o sistema bancário

Os bancos que operam no Brasil continuam expostos a elevados riscos econômicos em uma economia de baixa renda com PIB per capita estimado em cerca de US\$10.360 em 2024.

O Brasil é uma democracia com crescentes freios e contrapesos, incluindo um judiciário ativo, um banco central independente e um congresso dividido, mas de centro – características que, ao longo do tempo, ajudaram a garantir a continuidade das principais políticas econômicas.

Historicamente, a percepção de falta de comprometimento político para conter o crescimento dos gastos levou a altas expectativas de inflação, posturas monetárias restritivas e altas taxas reais de longo prazo. O espaço orçamentário marginal para investimento fiscal se traduziu em déficits de infraestrutura logística, prejudicando a produtividade do país. Ademais, as preocupações com o Estado de Direito resultam em baixo investimento.

Essas são algumas das razões pelas quais o Brasil não conseguiu crescer nos últimos 10 anos.

Tabela 1

**BICRA Brasil — Resiliência econômica**

	-- Ano fiscal findo em 31 de dezembro de --							
	2020	2021	2022	2023	2024P	2025P	2020	2021
PIB nominal (US\$ bilhões)	1,476.1	1,670.6	1,951.6	2,173.7	2,199.5	2,248.3	1,476.1	1,670.6
PIB per capita (US\$)	7,074.2	7,972.5	9,279.7	10,294.9	10,358.9	10,532.5	7,074.2	7,972.5
Crescimento do PIB real (%)	(3,3)	4,8	3,0	2,9	3,1	1,9	(3,3)	4,8
Taxa de inflação média (IPCA) (%)	3,2	8,3	9,3	4,6	4,3	3,8	3,2	8,3
Taxa básica de juros (%)	2,0	9,3	13,8	11,8	11,3	10,3	2,0	9,3

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. P – Projetado.

**Desequilíbrios econômicos: Modesto crescimento do crédito em relação aos níveis históricos e focado em empréstimos *secured* (como crédito consignado, financiamento imobiliário e de veículos) em vez de cartões de crédito e empréstimos pessoais**

A incerteza sobre as políticas fiscais, econômicas e institucionais e as pressões inflacionárias maiores do que o esperado no mercado interno aumentaram a volatilidade do mercado, levando o BCB a aumentar sua taxa básica de juros. Agora esperamos que as taxas no Brasil permaneçam altas por mais tempo.

Isso provavelmente pressionará os tomadores de empréstimos no Brasil, potencialmente enfraquecendo a qualidade dos ativos. Nossa expectativa é que isso aumente a carga de dívida dos tomadores de empréstimos individuais e comerciais, que terão de lidar com custos de financiamento mais altos por mais tempo. Isso, por sua vez, deve pesar nos volumes de negócios, na qualidade dos ativos e nas condições de financiamento.

Além disso, acreditamos que pequenas e médias empresas (PMEs) devem enfrentar pressão contínua e pedidos de recuperação judicial, que já atingiram níveis recordes em 2024 — e projetamos que isso se estenda até 2025. Os empréstimos problemáticos (NPLs – *nonperforming loans*) permaneceram estáveis em 2024, atingindo 3,2% em junho. No entanto, estimamos que eles subam para 3,5%-4,0% até o final do ano. Nossa expectativa é que os bancos mantenham elevados índices de cobertura de provisionamento para mitigar o impacto da deterioração da qualidade dos ativos.

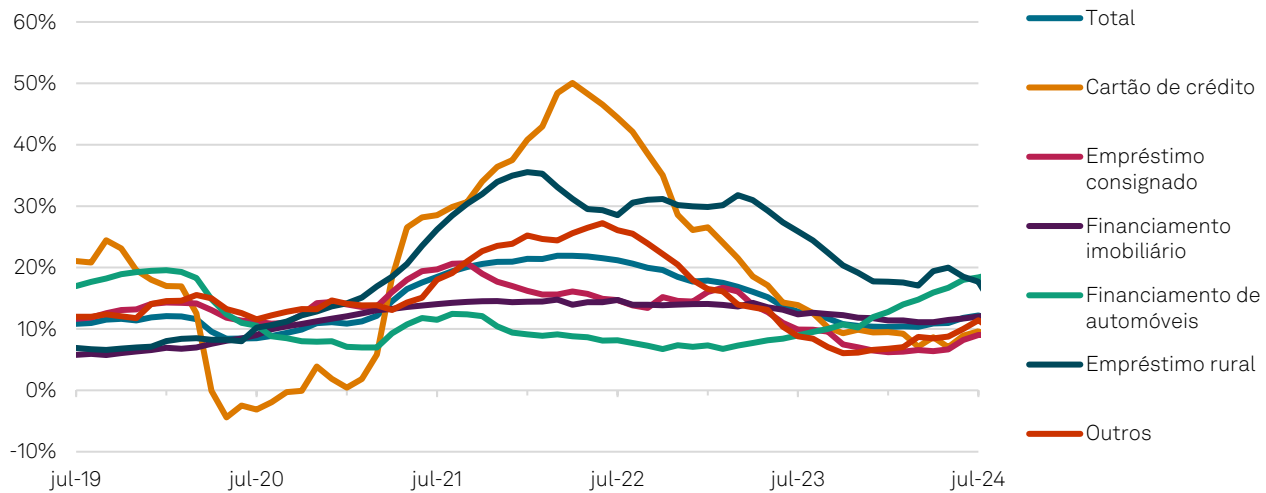
O crescimento real dos preços dos imóveis provavelmente permanecerá contido devido às elevadas taxas de juros. A porcentagem dos financiamentos imobiliários em relação ao total de empréstimos manteve-se relativamente estável em cerca de 17%. O índice de valor de financiamento sobre valor do imóvel e (LTV – *loan-to-value*) atingiu uma média de 58,1% no final de 2023, com uma presença muito limitada de empréstimos home equity e nenhum empréstimo de risco (*subprime*).

## Avaliação do Risco da Indústria Bancária (BICRA): Brasil

Além disso, a Caixa Econômica Federal (BB/Estável/B; brAAA/Estável/brA-1+) detém cerca de 69% do total de financiamentos imobiliários do país.

Gráfico 1

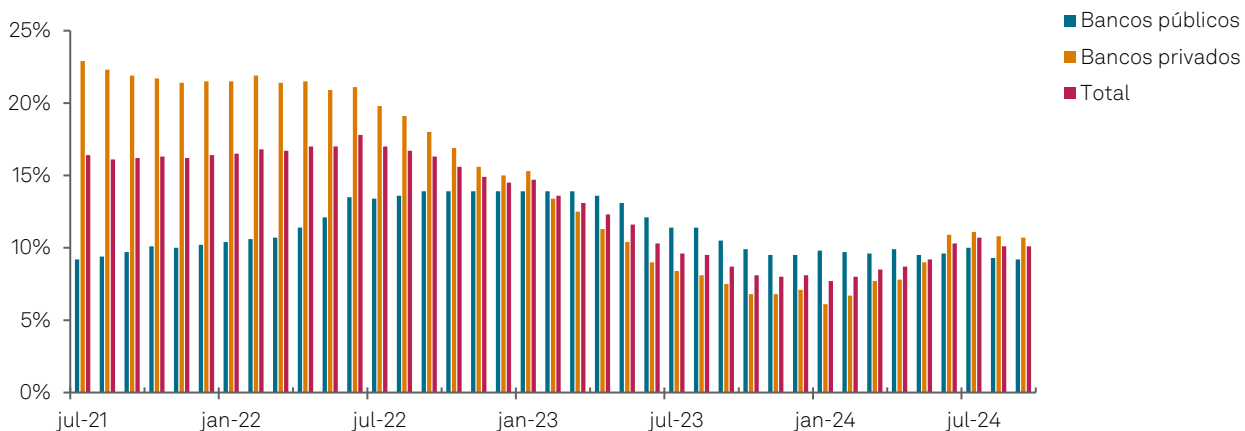
### Crescimento anual de concessão de crédito dos bancos brasileiros



Fonte: Banco Central do Brasil (Estatísticas Monetárias e de Crédito).  
Copyright © 2024 por Standard & Poor's Financial Services LLC. Todos os direitos reservados.

Gráfico 2

### Crescimento anual do crédito: bancos públicos *versus* bancos privados



Fonte: Banco Central do Brasil (Estatísticas Monetárias e de Crédito).  
Copyright © 2024 por Standard & Poor's Financial Services LLC. Todos os direitos reservados.

Tabela 2

BICRA Brasil-- Desequilíbrios Econômicos

	--Ano fiscal findo em 31 de dezembro de--					
	2020	2021	2022	2023	2024P	2025P
Variação anual da dívida total do setor privado (% do PIB)	5,5	0,1	2,6	1,0	(0,2)	1,4
Variação anual dos preços da habitação corrigidos pela inflação (%)	9,8	11,6	(1,5)	3,0	5,0	2,9
Saldo da conta corrente/PIB (%)	(4,8)	(3,6)	0,5	0,6	0,3	(0,7)

P – Projetado.

**Risco de crédito na economia: As métricas de qualidade dos ativos devem seguir pressionadas devido às taxas de juros persistentemente altas**

Dados os níveis baixos de renda, os bancos no Brasil estão expostos a riscos de crédito elevados apesar da dívida relativamente moderada do setor privado. Tais riscos de crédito elevados resultam de uma cultura de pagamento e do Estado de Direito, ambos fracos no Brasil. Ademais, a porcentagem mais baixa de financiamentos imobiliários e a participação mais elevada de empréstimos unsecured ao varejo e de crédito a PMEs contribuem para métricas de qualidade de ativos mais fracas.

Além disso, elevadas taxas de juros e baixos níveis de renda prejudicam a capacidade de pagamento da dívida dos tomadores de empréstimo brasileiros. Os bancos compensam perdas de crédito mais elevadas com margens e provisões mais elevadas.

No final de 2023, o endividamento das famílias representava 31,6% do PIB (inferior aos 32,2% do ano anterior) e 47,7% da renda disponível anual das famílias (inferior aos 49,0%), enquanto o serviço da dívida representava 25,9% da receita mensal das famílias. Os NPLs do portfólio de crédito ao varejo diminuíram para 3,7% em 2023, ante 3,9% em 2022.

Ademais, no final de 2023, a dívida corporativa (incluindo emissões nos mercados de capitais) equivalia a 27,4% do PIB, acima dos 27,2% do ano anterior. Os NPLs do portfólio corporativo aumentaram para 2,5% em 2023, de 1,7% em 2022. Os financiamentos à construção representaram apenas 2% dos empréstimos totais e a concessão de crédito em moeda estrangeira correspondeu a somente 2,2% dos empréstimos totais.

Além disso, estes empréstimos são adequadamente correspondentes no balanço patrimonial.

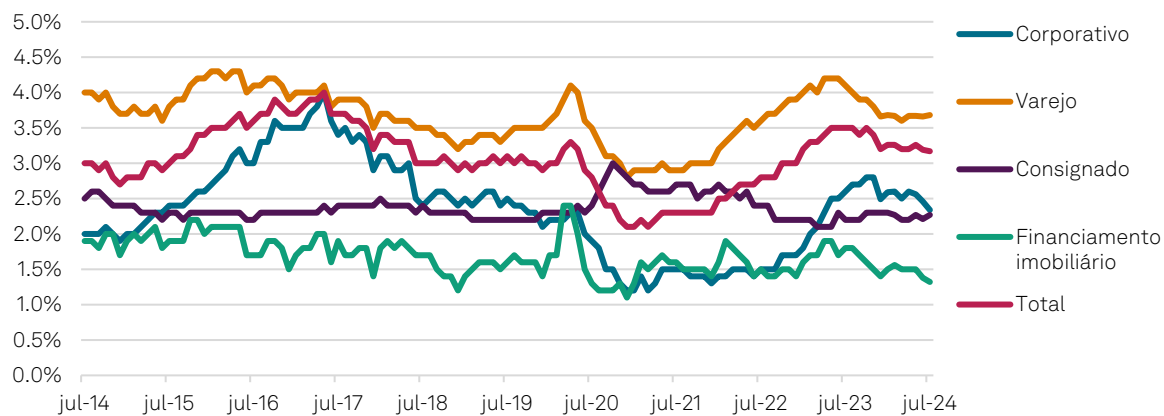
Os bancos mantiveram baixa concentração de clientes; estimamos que os 20 maiores tomadores de empréstimos respondem por 4%-13% do total de empréstimos, ou 0,2x-0,5x o patrimônio líquido reportado.

No que diz respeito à cultura de pagamento e ao Estado de Direito, segundo o Índice de Percepção de Corrupção (IPC) da Transparency International 2023, o Brasil ocupa a 104ª de 180 posições. Ainda há espaço significativo para melhorias, mas a classificação do Brasil é superior à de outros países latino-americanos, como México (126ª), Bolívia (133ª), Paraguai (136ª) e Peru (121ª).

## Avaliação do Risco da Indústria Bancária (BICRA): Brasil

Gráfico 3

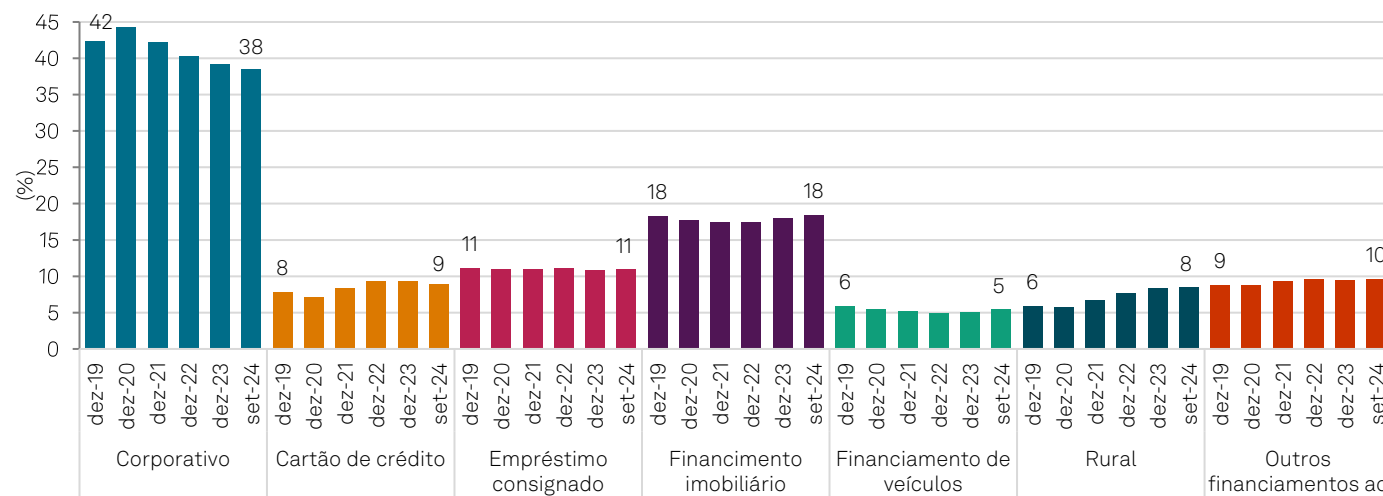
### NPLs dos segmentos corporativo e varejo



Fonte: Banco Central do Brasil (Estatísticas Monetárias e de Crédito).  
Copyright © 2024 por Standard & Poor's Financial Services LLC. Todos os direitos reservados

Gráfico 4

### Composição dos empréstimos bancários por segmento



Fonte: Banco Central do Brasil (Estatísticas Monetárias e de Crédito).  
Copyright © 2024 por Standard & Poor's Financial Services LLC. Todos os direitos reservados

Tabela 3

### BICRA Brasil – Risco de crédito na economia

	-- Ano fiscal findo em 31 de dezembro de--					
	2020	2021	2022	2023	2024P	2025P
PIB per capita (US\$)	7.074,2	7.972,5	9.279,7	10.294,9	10.358,9	10.532,5
Dívida total do setor privado (% do PIB)	56,1	56,2	58,9	59,8	59,7	61,1
Dívida das famílias (% do PIB)	29,5	30,1	31,7	32,4	33,0	34,0
Dívida líquida das famílias (% do PIB)	(32,5)	(31,3)	(29,4)	(31,0)	(30,9)	(31,3)

## Avaliação do Risco da Indústria Bancária (BICRA): Brasil

Dívida corporativa (% do PIB)	26,7	26,2	27,2	27,4	26,7	27,0
Ativos problemáticos (% dos empréstimos no sistema geral)	2,1	2,3	3,0	3,2	3,7	3,4
Reserva para créditos de liquidação duvidosa (% dos empréstimos totais)	6,3	5,5	5,9	5,6	6,3	5,8

P – Projetado

Tabela 4

### BICRA Brasil – Perdas de crédito

	-- Ano fiscal findo em 31 de dezembro de--					
	2020	2021	2022	2023	2024P	2025P
Perdas de crédito (% dos empréstimos totais)	3,8	2,4	3,6	3,9	3,9	3,9

P – Projetado

5

## Risco da indústria

### Marco Institucional: Regulação e a supervisão do Brasil alinhadas às melhores práticas internacionais.

Regulação bancária conservadora e supervisão proativa sustentam a força relativa do marco institucional do sistema bancário do Brasil. Em nossa opinião, a regulação bancária no Brasil engloba amplamente as instituições financeiras do país, com um conjunto abrangente de ferramentas para monitorar riscos no sistema.

Além disso, ela está bastante alinhada aos padrões internacionais em termos de contabilidade, capitalização, lavagem de dinheiro, transações com partes relacionadas e divulgação de demonstrações financeiras. O Brasil implementou integralmente o Basileia III, em linha com os acordos internacionais de introdução progressiva.

O BCB supervisiona todas as instituições financeiras que operam no país – não apenas bancos, mas também cooperativas de crédito, empresas financeiras não bancárias, fintechs e entidades de pagamento. A supervisão é adequada e realizada com base no risco, e a cobertura é abrangente. Consideramos adequadas as exigências regulatórias mínimas e as autoridades promovem uma cultura de risco preventiva.

O BCB está comprometido com a promoção da conscientização ambiental, social e de governança (ESG – *environmental, social and governance*), refletida na adoção de um protocolo verde em 1995. Desde então, o regulador introduziu várias resoluções para apoiar a responsabilidade social e ambiental, com foco especial no agronegócio devido à exposição do Brasil com a Floresta Amazônica.

Em setembro de 2020, o BCB emitiu uma agenda de sustentabilidade, que segue em vigor desde então. Entre as medidas anunciadas, foram publicadas regulações que estabelecem critérios para o tratamento de riscos e oportunidades ESG pelas instituições financeiras sob sua supervisão. Os bancos passaram a publicar um relatório anual (GRSAC; gestão de riscos sociais, ambientais e climáticos) em dezembro de 2022, conforme exigido pelo BCB, no qual os bancos declaram sua exposição aos riscos sociais, ambientais e climáticos e suas políticas para mitigar seu impacto.

O relatório de estabilidade financeira de 2022 do BCB incluiu sua primeira análise dos riscos das mudanças climáticas, seguido por um relatório de 2023 com foco nos riscos de chuvas intensas e uma pesquisa avaliando as opiniões das instituições financeiras sobre o risco climático. Em abril de 2024, uma comparação da pesquisa de 2023 revelou uma preocupação crescente com os riscos climáticos por parte das instituições. Apesar das graves enchentes no estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024, que causaram danos significativos, o impacto na qualidade dos ativos dos bancos foi menos severo do que o previsto. O suporte humanitário e do governo desempenhou um papel crucial na mitigação do impacto na população afetada.

As 83 instituições financeiras que responderam à pesquisa do BCB relataram que os riscos climáticos tiveram impacto muito baixo em suas operações em 2023. No entanto, eles também relataram acreditar que os riscos físicos devem se tornar mais relevantes em horizontes de tempo mais longos. Os principais eventos climáticos são secas, escassez de recursos naturais e desertificação; eles afetariam o sistema financeiro sobretudo por meio de danos aos ativos e processos de produção, perdas e aumento de custos para os tomadores de empréstimos e aumento da inadimplência.

Menos da metade dos entrevistados estava administrando riscos de transição, que seriam transmitidos ao sistema financeiro principalmente por meio de mudanças na regulação climática, custos de compliance com regulação e aumento da inadimplência. Além disso, o relatório destacou que a seca é o evento climático com maior impacto esperado nos ativos das instituições financeiras no longo prazo.

O BCB implementou uma estrutura abrangente para gerenciar o risco de segurança cibernética, que inclui vários requisitos para as instituições financeiras. As instituições devem preparar um relatório anual sobre a implementação do seu plano de ação, incluindo:

- Ações de adequação das estruturas e políticas organizacionais da instituição;
- Rotinas, procedimentos, controles e tecnologias que devem ser utilizados na prevenção e resposta a incidentes; e
- Área responsável por registrar e controlar os efeitos dos incidentes relevantes.

Tal relatório deve ser disponibilizado ao BCB, que o analisará durante o processo de supervisão.

O BCB também exige que as instituições estabeleçam uma política de classificação de serviços de terceiros para processamento e armazenamento de dados, inclusive computação em nuvem, devendo reportar a contratação de serviços relevantes ao BCB. Com essas informações, o BCB pode atuar na detecção de risco para um fornecedor, acionando um acompanhamento mais próximo e limitando o impacto em outras instituições.

## **Dinâmica competitiva: Rentabilidade resiliente graças a margens elevadas**

Consideramos moderado o apetite por risco do setor bancário brasileiro. A rentabilidade tem permanecido sólida e continua beneficiando-se da diversificação das atividades dos bancos, que inclui seguros e gestão de ativos. A rentabilidade dos bancos, medida pelo retorno sobre o patrimônio (ROE – *return on equity*), foi de 14,52% em 2023 (semelhante aos 16,21% em 2022) e totalizando uma média de 15,6% nos últimos três anos.

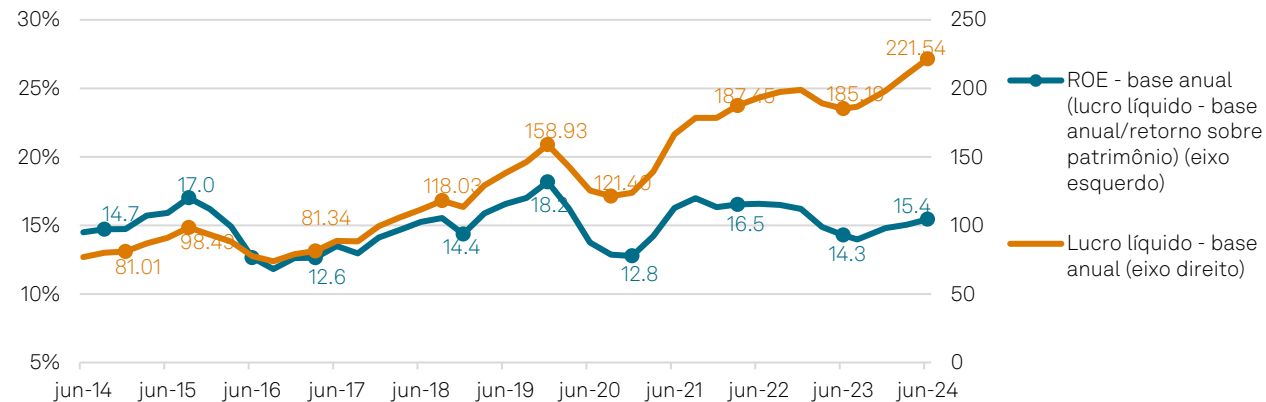
Nossa avaliação do apetite por risco também incorpora a boa fixação de preços do setor para as capacidades de risco, que compensa os elevados níveis de inadimplência. Além disso, não há empréstimos subprime e a parcela de empréstimos home equity é inexpressiva. As exposições



adicionais a outros setores vulneráveis, como a agricultura, são limitadas e representam cerca de 10% do total dos empréstimos.

Gráfico 5

**ROE do sistema financeiro e lucro líquido acumulado do Sistema bancários brasileiro**



Fonte: Banco Central do Brasil (IFDATA).  
Copyright © 2024 por Standard & Poor's Financial Services LLC. Todos os direitos reservados

Em 31 de dezembro de 2023, o sistema financeiro brasileiro era composto de 131 bancos, quatro bancos de desenvolvimento e 1.252 outras instituições financeiras (incluindo cooperativas de crédito, sociedades de crédito imobiliário, microfinanciamento e empresas de financiamento ao consumidor). No entanto, a concentração é relativamente alta. Os 10 maiores bancos controlavam 73,3% do mercado em termos de depósitos e 77,0% em termos de empréstimos em setembro de 2024.

Em meio à aceleração das mudanças tecnológicas e às mudanças nas preferências dos clientes, os principais bancos brasileiros fizeram investimentos substanciais para continuarem a plataforma bancária preferida. Além disso, os esforços para melhorar a eficiência, a fim de manter uma rentabilidade sólida, também têm sido um fator importante que os incentiva a investir em tecnologia.

Ademais, acreditamos que o marco regulatório que provê suporte (*supportive*) também impulsionou o avanço das *fintechs*, fomentando a concorrência. O BCB, através de diversas iniciativas, obteve progressos substanciais na redução do custo do crédito e na ampliação do acesso ao sistema financeiro, embora o Brasil tenha uma relação de crédito sobre PIB inferior à de seus pares globais.

Para fomentar o ecossistema de pagamentos instantâneos do país, o BCB criou o Pix, que permite que qualquer pessoa que tenha conta uma bancária ou de pagamento transfira dinheiro e faça pagamentos a qualquer hora, sem custo (inclusive em fins de semana e feriados). Também introduziu a estrutura de Open Finance do Brasil, por meio da qual entidades reguladas compartilham dados, produtos e serviços a critério dos clientes.

O BCB impulsionou essas iniciativas com o objetivo de reduzir a assimetria de informações entre provedores de serviços financeiros; o Pix foi amplamente adotado, enquanto o uso do Open Finance está crescendo substancialmente.

A participação de mercado dos bancos públicos permanece elevada, em quase 43% (gráfico 6), o que cria distorções de mercado, dado um grande diferencial de spread entre bancos públicos e privados. Nos últimos anos, houve um esforço para reduzir essas distorções causadas pelos bancos públicos, os

## Avaliação do Risco da Indústria Bancária (BICRA): Brasil

quais concentraram-se na melhora de seu desempenho operacional e em suas principais áreas de atuação.

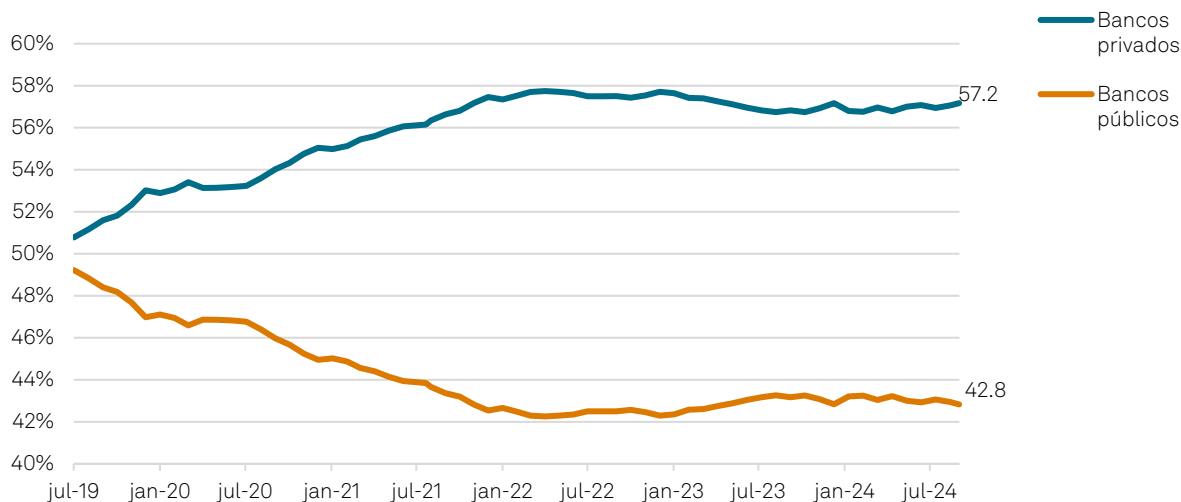
- O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES; BB-/Estável/--) priorizou o financiamento de grandes projetos de infraestrutura e dos setores econômicos fundamentais para o país;
- Banco do Brasil SA (BB-/Estável/B) priorizou o fomento ao setor agrícola; e
- Caixa a concessão de financiamento imobiliário a pessoas de baixa renda e a promoção da habitação.

Historicamente, a administração estratégica e o apetite por risco dos bancos públicos mudam de acordo com os partidos políticos no poder. No entanto, a implementação da Lei das Estatais em 2017 melhorou significativamente sua governança, promovendo maior transparência nos processos decisórios e limitando as nomeações políticas para os cargos executivos dos bancos. Acreditamos que essas medidas reduzem o risco político e melhoram a consistência das estratégias de longo prazo dos bancos públicos, resultando em receitas e resultados financeiros mais estáveis.

Por fim, a implementação da Basileia III e a necessidade de manter bons níveis de capitalização também podem limitar as distorções de mercado dos bancos públicos.

Gráfico 6

### Participação no mercado de crédito: bancos públicos *versus* bancos privados



Fonte: Banco Central do Brasil (Estatísticas Monetárias e de Crédito)  
Copyright © 2024 por Standard & Poor's Financial Services LLC. Todos los derechos reservados.

Tabela 5

**BICRA Brasil – Dinâmica competitiva**

	-- Ano fiscal findo em 31 de dezembro de --					
	2020	2021	2022	2023	2024P	2025P
Retorno sobre patrimônio líquido dos bancos domésticos (%)	12,8	16,9	16,2	14,5	14,5	14,2
Retorno do sistema bancário sobre ativos médios (%)	1,2	1,5	1,5	1,3	1,3	1,3
Receita líquida de juros sobre ativos remunerados médios do setor bancário (%)	4,7	5,0	5,2	5,4	5,3	5,3
Lucro operacional líquido antes de provisões para perdas com empréstimos para empréstimos em todo o sistema (%)	7,2	5,2	7,5	7,2		
Participação de mercado dos três maiores bancos (%)	52,3	50,2	48,0	47,3		
Participação de mercado de bancos estatais e sem fins lucrativos (%)	45,0	42,6	42,5	42,9		
Taxa de crescimento anual dos ativos domésticos das instituições financeiras domésticas (%)	19,7	7,0	11,5	11,4	4,7	8,0

P – Projetado.

**Funding do sistema: Setor bancário beneficia-se de uma fonte considerável e estável de depósitos de varejo**

Nossa avaliação de funding do sistema em geral reflete a baixa exposição do setor bancário brasileiro ao funding externo e sua ampla e estável base de depósitos de clientes. O índice de empréstimo sobre depósitos reportado pelo setor privado do país era de 112% no final de 2023.

A exposição do setor ao financiamento externo é moderada e o risco de refinanciamento é baixo. Seu financiamento externo líquido atingiu em média 8,7% do total de empréstimos nos últimos dois anos. A baixa dependência de financiamento externo deve-se principalmente à grande base de depósitos de clientes do setor e à participação limitada de empréstimos em moeda estrangeira.

Em nossa visão, os mercados de capitais e de dívida do Brasil são moderadamente amplos e desenvolvidos. A profundidade do mercado melhorou nos últimos cinco anos, à medida que o apetite dos fundos de pensão e fundos mútuos por dívida do setor privado aumentou. No final de 2023, os fundos de pensão e mútuos detinham ativos que representavam aproximadamente 76% do PIB. Atualmente, grande porcentagem desses fundos é investida em títulos públicos; no entanto, essas entidades também buscam instrumentos com retornos atrativos e prazos mais longos.

Nos próximos três anos, esperamos que o apetite por retornos mais altos amplie os recursos disponíveis para emissores bancários e corporativos. Além disso, esperamos que os vencimentos de longo prazo se tornem disponíveis, visto que os fundos de pensão também buscarão um melhor casamento em seus balanços patrimoniais.

O governo tem um histórico satisfatório no fornecimento de liquidez ao sistema financeiro sob condições de estresse, e o BCB atua como um credor em última instância. O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) cobre até R\$ 250.000 por depositante por entidade e até R\$ 1 milhão por depositante agregado em todas as entidades e é uma instituição que também faz parte da rede de segurança do sistema financeiro, com um papel significativo em vários mecanismos de resolução bancária.

Tabela 6

## BICRA Brasil – Funding do sistema

	-- Ano fiscal findo em 31 de dezembro de --					
	2020	2021	2022	2023	2024P	2025P
Empréstimos domésticos do sistema (% dos depósitos de clientes domésticos do sistema)	111,6	120,4	119,7	111,8	123,4	123,4
Dívida externa líquida do setor bancário (% dos empréstimos domésticos do sistema)	12,2	11,3	8,8	8,5	8,1	7,2
Bonds e <i>commercial papers</i> em circulação emitidos no mercado doméstico pelo setor privado residente (% do PIB)	39,9	40,5	44,6	55,4	56,3	58,1

P – Projetado.

## Classificações BICRA de pares

Os sistemas bancários do grupo '6' do BICRA são muito diversos.

Comparado ao sistema bancário da Colômbia, o do Brasil tem uma estrutura regulatória mais forte e maior alinhamento com os padrões internacionais, mas isso é moderado pelas distorções decorrentes da grande participação de mercado dos bancos estatais, o que não é o caso na Colômbia.

A China continua apresentando um crescimento do PIB muito mais forte (embora moderado) do que o do Brasil, o que sustenta nossa avaliação de risco econômico para o país, embora a alavancagem seja muito maior. Quanto ao risco da indústria, os bancos chineses têm perfis de funding mais fortes, enquanto consideramos o marco institucional mais forte para os bancos brasileiros.

## Suporte do Governo

Avaliamos o governo brasileiro como *supportive* (que tende a prover suporte) ao setor bancário doméstico. Acreditamos que o governo forneceria suporte extraordinário a bancos sistemicamente importantes – aqueles cuja falência poderia comprometer o sistema de pagamentos do país – no caso de uma crise. O Brasil definiu vários mecanismos de resolução, que incluem soluções do setor privado. Não consideramos a atual estrutura de resolução do Brasil suficientemente eficaz para elevação devido ao suporte da capacidade adicional de absorção de perdas (ALAC – *additional loss-absorbing capacity*), segundo a metodologia da S&P Global Ratings.

Tabela 7

## Cinco maiores instituições financeiras brasileiras em ativos em 30 de junho de 2024

	Ativos (R\$ milhões)	Rating de emissor de crédito	Importância sistêmica
Itau Unibanco Holding S.A.	2.931.995	–	–
Banco do Brasil S.A.	2.362.966	BB/Estável/B	Alta
Banco Bradesco S.A.	1.989.129	BB/Estável/B	Alta
Caixa Econômica Federal	1.910.697	BB/Estável/B	Alta
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	777.979	BB/Estável/B	Alta

## Avaliação do Risco da Indústria Bancária (BICRA): Brasil

Em dezembro de 2019, o governo encaminhou ao Congresso um projeto de lei complementar chamado Resolução Bancária, mas este ainda não foi discutido. O projeto de lei criaria dois mecanismos de solvência para as instituições financeiras: o Regime de Estabilização (RE) e o Regime de Liquidação Compulsória (RLC).

O regulador aplicaria o RE a instituições de importância sistêmica, embora este pudesse ser aplicado também outros bancos. O RE envolve a utilização automática do capital dos acionistas para absorver as perdas da instituição, podendo o *bail-in* ser prorrogado pelo BCB para converter em capital os instrumentos de dívida autorizados pela lei, ou extingui-los (se necessário) para recompor o capital regulatório.

Um administrador nomeado pelos reguladores executaria o regime. O RE suspenderia imediatamente o exercício dos direitos dos acionistas e destituiria os diretores da instituição falida.

O RLC seria aplicado se o risco para a estabilidade financeira fosse considerado baixo. Este regime envolve o encerramento das atividades da instituição, submissão ao regime (que classifica os credores por ordem de prioridade) e venda de ativos.

Algumas situações que podem levar à aprovação dos regimes de resolução incluem insolvência, exposição a risco incompatível com o patrimônio líquido, insuficiência de ativos para cobrir perdas e repetidas violações de normas legais e regulatórias.

O projeto também criaria fundos de garantia de crédito para pagar depósitos garantidos e fornecer liquidez ao sistema, e fundos de resolução para conceder empréstimos e capitalizar instituições sob o RE. Os recursos para a capitalização dos fundos virão do sistema financeiro.

Para o regime de estabilização, o fundo de resolução pode constituir uma instituição de transição (*bridge banks*) que seria capitalizada para receber os ativos e passivos da instituição objeto da resolução até que eles sejam assumidos por terceiros ou descontinuados.

Se os recursos privados não forem suficientes para garantir a estabilidade financeira, o governo pode emprestar aos fundos de resolução. Nesse caso, algumas condições devem ser atendidas, como o esgotamento dos recursos dos acionistas e a possibilidade de uma séria ameaça ao sistema financeiro. O governo será o primeiro a ser reembolsado quando a instituição se recuperar.

Em novembro de 2024, o BCB lançou uma nova norma que integra o processo de recuperação existente com uma estrutura de planejamento de resolução e avaliação de resolubilidade. Segundo essa nova norma, cada instituição financeira deverá elaborar um plano contendo as etapas que o BCB deverá considerar para a resolução da instituição. Isso para que, em caso de necessidade, o BCB possa analisar esse documento e considerá-lo para sua resolução.

## Critérios

- [Metodologia e premissas de avaliação do risco da indústria bancária de um país](#), 9 de dezembro de 2021.
- [Metodologia de avaliação de instituições financeiras](#), 9 de dezembro de 2021.
- [Critério Geral: Princípios ambientais, sociais e de governança nos ratings de crédito](#), 10 de outubro de 2021.
- [Metodologia de ratings soberanos](#), 18 de dezembro de 2017.
- [Metodologia e Premissas de Avaliação do Risco-País](#), 19 de novembro de 2013.

## Artigo Relacionado

- [Banking Industry Country Risk Assessment Update Published For October 2024](#), 30 de outubro de 2024.

Copyright © 2024 pela Standard & Poor's Financial Services LLC. Todos os direitos reservados.

Nenhum conteúdo (incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito, avaliações, modelos, software ou outras aplicações ou informações obtidas a partir destes) ou qualquer parte destas informações (Conteúdo) pode ser modificada, sofrer engenharia reversa, ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma, nem meio, nem armazenada em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da Standard & Poor's Financial Services LLC ou de suas afiliadas (coletivamente, S&P). O Conteúdo não deverá ser utilizado para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem seus provedores externos, nem seus diretores, representantes, acionistas, empregados nem agentes (coletivamente, Partes da S&P) garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade do Conteúdo. As Partes da S&P não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões (por negligência ou não), independentemente da causa, pelos resultados obtidos mediante o uso de tal Conteúdo, ou pela segurança ou manutenção de quaisquer dados inseridos pelo usuário. O Conteúdo é oferecido "como ele é". AS PARTES DA S&P ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, MAS NÃO LIMITADA A QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZIDADE, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO OU USO ESPECÍFICO, LIBERDADE DE FALHAS, ERROS OU DEFEITOS DE SOFTWARE, QUE O FUNCIONAMENTO DO CONTEÚDO SEJA ININTERRUPTO OU QUE O CONTEÚDO OPERE COM QUALQUER CONFIGURAÇÃO DE SOFTWARE OU HARDWARE. Em nenhuma circunstância, deverão as Partes da S&P ser responsabilizadas por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais ou consequentes (incluindo-se, sem limitação, perda de renda ou lucros e custos de oportunidade ou perdas causadas por negligência) com relação a qualquer uso do Conteúdo aqui contido, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Análises relacionadas a crédito e outras, incluindo ratings e as afirmações contidas no Conteúdo são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos. As opiniões da S&P, análises e decisões de reconhecimento de ratings (descritas abaixo) não são recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento e não abordam a adequação de quaisquer títulos. Após sua publicação, em qualquer maneira ou formato, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar o Conteúdo. Não se deve depender do Conteúdo, e este não é um substituto das habilidades, julgamento e experiência do usuário, sua administração, funcionários, conselheiros e/ou clientes ao tomar qualquer decisão de investimento ou negócios. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos, exceto quando registrada como tal. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (*due diligence*) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. Publicações relacionadas a ratings de crédito podem ser divulgadas por diversos motivos que não dependem necessariamente de uma ação decorrente de um comitê de rating, incluindo-se, sem limitação, a publicação de uma atualização periódica de um rating de crédito e análises correlatas.

Até o ponto em que as autoridades reguladoras permitam a uma agência de rating reconhecer em uma jurisdição um rating atribuído em outra jurisdição para determinados fins regulatórios, a S&P reserva-se o direito de atribuir, retirar ou suspender tal reconhecimento a qualquer momento e a seu exclusivo critério. As Partes da S&P abdicam de qualquer obrigação decorrente da atribuição, retirada ou suspensão de um reconhecimento, bem como de qualquer responsabilidade por qualquer dano supostamente sofrido por conta disso.

A S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas umas das outras a fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter a confidencialidade de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P pode receber remuneração por seus ratings e certas análises, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus websites [www.spglobal.com/ratings/pt/](http://www.spglobal.com/ratings/pt/) (gratuito) e [www.ratingsdirect.com](http://www.ratingsdirect.com) (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em [www.spglobal.com/usratingsfees](http://www.spglobal.com/usratingsfees).

STANDARD & POOR'S, S&P e RATINGSDIRECT são marcas registradas da Standard & Poor's Financial Services LLC.